

Mário de Andrade e a missão anti-civilizadora

Raimundo Sousa¹

Resumo: Duas modalidades de viagem constituem as linhas de força do nosso modernismo: a viagem para fora, de vocação cosmopolita; e a viagem para dentro, de inflexão nativista. Diferentemente de outros literatos, que se deslocaram do Brasil para a Europa, Mário de Andrade optou por viajar para dentro, não para fora do país, e deslocou-se do sudeste europeizado em direção ao Norte e Nordeste, à procura de elementos da cultura popular. Neste trabalho, demonstro que a viagem de Mário ao interior do país foi balizada pelo enaltecimento da diferença cultural mediante uma postura (est)ética que denomino *missão anti-civilizadora*. As experiências etnográficas do escritor, relatadas em *O Turista Aprendiz*, promovem o dismantelamento de hierarquias culturais, pois o viajante atua como o oposto de um agente civilizador na medida em que sua missão consiste em aprender a cultura periférica e trazê-la para o centro da produção artística brasileira a fim de ampliar a acepção de brasilidade.

Palavras-chave: Mário de Andrade; etnografia; missão anti-civilizadora; *O Turista Aprendiz*

Abstract: Two travel forms are the main lines of our modernism: the travel abroad, with cosmopolitan vocation; and the journey inward, with nativist inflection. Unlike other writers, who moved from Brazil to Europe, Mário de Andrade decided to travel inside, not outside the country, and shifted from the Europeanized southeast toward the north and northeast, looking for elements of popular culture. In this

¹ Doutorando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

paper, I show that Mario's travel to the interior of the country was marked out by the enhancement of cultural difference by an ethics/aesthetic attitude I call *anti-civilizing mission*. The ethnographic experience of the writer, reported in *O Turista Aprendiz*, promote the dismantling of cultural hierarchies, for the traveler acts as the opposite of a civilizing agent in that his task is to learn to peripheral culture and bring it to the center of Brazilian artistic production in order to expand the meaning of Brazilianness.

Keywords: Mário de Andrade; ethnography; anti-civilizing mission; *O Turista Aprendiz*

Ponto de partida

Em 7 de maio de 1927, Mário de Andrade estava irritadiço, mas, com peculiar cavalheirismo, tentava escamotear seu azedume com um sorriso cordial. Possivelmente, seu mau-humor passou despercebido pelos quantos o saudaram durante o embarque no navio que o conduziria à região amazônica. Afinal, o ponto de partida de uma viagem não tem como marca distintiva a hesitação em partir, mas, antes, a expectativa da chegada ao destino. Decerto era esse o sentimento de suas únicas três acompanhantes da expedição presunçosamente denominada “descoberta do Brasil”, dentre as quais Dona Olívia Guedes Penteado, conhecida como a “Rainha do Café”, famosa dama paulista e mecenas dos modernistas. Já o escritor, em seu caderno de anotações, confessava não estar tão entusiasmado quanto procurava demonstrar quando de seu embarque rumo ao distante Amazonas: “Não fui feito para viajar, bolas! Estou sorrindo, mas por dentro de mim vai um arrependimento assombroso, cor de incesto. Entro na cabina, agora é tarde, já parti, nem posso me arrepender.” (ANDRADE, 1976, p. 51). Essa acrimônia se devia, em larga medida, à frustração pela desistência de alguns amigos, como Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, que inicialmente o acompanhariam na jornada. Ademais, a

agenda de compromissos protocolares devido à recomendação da comitiva aos presidentes dos estados pelo então Presidente da República, Washington Luís, demandaria um dispêndio de tempo que o literato preferia aproveitar na exploração das expressões culturais das paragens nortenhas. Some-se a isso certa ansiedade em face do desconhecido, evidenciada no prospecto de um espaço tão exótico quanto desafiador: “Às reminiscências de leitura me impulsionaram mais que a verdade, tribos selvagens, jacarés e formigões. E a minha alminha santa imaginou: canhão, revólver, bengala, canivete. E opinou pela bengala.” (ANDRADE, 1976, p. 51).

Contudo, embora seu ponto de partida tenha sido eivado por uma imaginação geográfica de extração eurocêntrica, a viagem de Mário ao Norte e, posteriormente, ao Nordeste do país foi balizada pelo enaltecimento da diferença cultural mediante uma postura (es)ética que denomino *missão anti-civilizadora*. Tentarei demonstrar neste trabalho que as experiências etnográficas do escritor, tal como plasmadas nas páginas do livro-diário *O Turista Aprendiz*, são balizadas pelo desmantelamento de hierarquias culturais historicamente cristalizadas. Longe de assumir o “white man’s burden” de alinhar os “primitivos” à marcha da história e convertê-los aos modos “civilizados”, o viajante atua como o oposto de um agente civilizador na medida em que sua missão consiste precisamente em apreender – ou, mais precisamente, aprender – a cultura periférica e trazê-la para o centro a fim de ampliar a acepção de brasilidade propalada pelos nacionalistas literários na aurora do século XX.

Missão anti-civilizadora

Na Primeira República, argumenta Sevcenko (1985), os literatos empenhados na construção de uma identidade nacional abraçaram a literatura como missão. Uma vez que a nação constitui, no limite, um exercício textual, a criação de uma brasilidade dependia da solidificação de uma elite letrada. Considerando-se a

autoridade discricionária assumida pelos intelectuais nesse exercício inventivo, é preciso superar as limitações da abstrata noção de esfera pública que Anderson (1983) identifica como *comunidade imaginada* e problematizar a universalização de valores dominantes desconsiderada em sua formulação, indagando, como procede Chatterjee (1993), qual ideia de nação é imaginada a expensas de qual e quem a imagina em detrimento de quem. Nesse diapasão, ao observar a sedimentação de uma tradição intelectual principiada por burocratas imperialistas e continuada por literatos engajados nos movimentos de descolonização e, posteriormente, de modernização nacional, Rama (1984) cunhou a expressão *cidade letrada* para se referir à estrutura de poder monopolizada por uma afiliação de escritores que se vale da literatura como arena de legitimação de seus paradigmas culturais particulares. Na mesma senda, Chatterjee (1986) parte do conceito de *discurso derivativo* para argumentar que a indecidibilidade do colonizado entre a ab-rogação e a introjeção do *modus operandi* imperialista implica a formação de uma elite cultural que, analogamente à sua congênere metropolitana, produz narrativas monolíticas herdadas do regime colonial, atuando coercitivamente como sua sucedânea.

Todavia, esse autoritarismo não é consensual, dado que o nacionalismo literário constitui um campo ideológico sob cujos limites discursivos se inscrevem posições nacionalistas simultaneamente confluentes porque aspiram à formação da nação e divergentes porque cada qual defende sua agenda em detrimento de outras. Trata-se de uma arena de tensões intestinas onde, sob a aparência de um empreendimento monocentral, travam-se embates entre afiliações de letrados que reclamam para si a primazia de determinar como e por quem a nação será inventada. Nesse embate, Mário assumiu uma missão de cunho anti-civilizador na medida em que percorreu os rincões do país, como haviam procedido os missionários jesuítas, porém com intuito diverso da suposta missão civilizadora que justificou moralmente o projeto expansionista

européu. O literato empreendeu, ao contrário, uma missão anti-civilizadora, pois, longe de subestimar a cultura interiorana frente aos paradigmas ocidentais, trouxe para o centro da jovem República, então sequiosa por se alinhar à marcha da civilização europeia, repertórios culturais tidos como primitivos e, assim, problematizou a heterogeneidade cultural que se tentava obliterar em favor de uma concepção unificadora de cultura.

Devemos ter em conta que o Brasil da Primeira República se notabilizou por mutações políticas e estéticas significativas e pelo revigoramento do afã de construção da nação, já esboçado no romantismo, de sorte que o *projeto nacional se pautava na ideia de* que, devido à experiência colonial, o país se encontrava em “atraso” frente às nações “civilizadas”. Por conseguinte, prevalecia uma acepção civilizacional atrelada à noção de “ordem e progresso”, que se enrobustecera na conjuntura da *Belle Époque*, cuja finalidade capital consistia em sobrepujar a condição de defasagem cultural em que o país supostamente se encontrava e alinhá-lo ao ritmo das civilizações europeias. Onde o desprezo pelas expressões da cultura popular desafinadas com o propósito de “civilizar” os brasileiros. No contrafluxo dessa postura imitativa, Mário considerava que o equívoco da *intelligentsia* brasileira consistia em “macaquear-se” de Europa, quando, na verdade, as manifestações culturais populares deveriam figurar como o grande patrimônio cultural da nação:

A falta de cultura nacional nos restringe a um regionalismo rengo que faz dó. E o que é pior: Essa ignorância ajudada por uma cultura internacional bêbeda e pela vaidade, nos dá um conceito do plágio e da imitação que é sentimentalidade pura. Ninguém não pode concordar, ninguém não pode coincidir com uma pesquisa de outro e muito menos aceitá-la pronto: vira para nós um imitador frouxo. Isto se dá mesmo entre literatos, gente que por lidar com letras é supostamente a mais culta. A mais bêbeda, concordo (ANDRADE, 1928, p. 70).

Mário, então, assumiu uma missão ao revés, que se evidencia já no título paradoxal de seu livro-diário *O Turista Aprendiz*, já que o termo “turista” remete a um passeio cuja finalidade primeira é o entretenimento, enquanto a noção de “aprendiz” implica estudo e reflexão. Se o turista é, antes de tudo, um *flâneur*, por que o escritor se denomina contraditoriamente “turista aprendiz”? Responder a essa questão exige conhecimento do propósito de Mário em relação à viagem, que se lhe afigurava menos como *flânerie* do que como um aprendizado, pois Mário se deparou com um Brasil diverso dos centros urbanos do Sudeste. Desse modo, o Norte e o Nordeste foram uma espécie de educandário para o letrado em sua formação como intérprete do Brasil.

De fato, um aspecto que distingue o modernismo brasileiro consiste na experiência da viagem. Referindo-se ao século XIX, Sussekind (1990) sublinha o quão exígua é a literatura de viagens de brasileiros pelo interior do país, em patente contraste com a profusão de narrativas de brasileiros sobre suas viagens pela Europa em busca de aprendizado. Esse ímpeto pela viagem animou nossos modernistas brasileiros de tal forma que, ao conceber a temática da viagem como a “viga-mestra” de algumas das principais obras do Modernismo brasileiro, Martins (1965) chega a afirmar que “o Modernismo foi uma escola ambulante e perambulante, fascinado pela descoberta geográfica e medusado pela descoberta cronológica” (p. 369). Com efeito, foi por ocasião das viagens ao exterior que os modernistas aclimataram à cultura tropical as *avant-gardes* europeias: Anita Malfatti, após estudos na Alemanha e nos Estados Unidos, trouxe na bagagem elementos plásticos cubistas e expressionistas; já Oswald de Andrade, que viajou pela Europa, travou contato com o futurismo ítalo-francês; por sua vez, Manuel Bandeira, em temporada na Suíça, manteve contato com a poesia simbolista e pós-simbolista em língua francesa. Em disjunção com a vocação cosmopolita de seus pares, alguns modernistas empreenderam viagens pelo Brasil com vistas a conhecer a

pluralidade cultural do país, tal como Mário, que realizou duas viagens etnográficas às regiões Norte e Nordeste, em um gesto simbólico de redescobrimento ao percorrer os rincões do país em busca de elementos etnográficos.

Seu interesse etnográfico despontou antes mesmo das viagens, haja vista que, em missiva a Câmara Cascudo, datada de 1º de março de 1927, Mário pede ao amigo que lhe mande lendas e tradições do Nordeste para incluí-las em *Macunaíma*, rapsódia em processo de elaboração. Dois anos antes, em carta dirigida ao mesmo folclorista, o escritor exprime desejo de conhecer o Brasil, ou, mais especificamente, o outro Brasil que não aquele com o qual estava familiarizado:

Meu Deus! Tem momentos em que eu tenho fome, mas positivamente fome física, fome estomacal de Brasil agora. Até que enfim sinto que é dele que me alimento! Ah, se eu pudesse nem carecia você me convidar, já faz muito que tinha ido por essas bandas do Norte visitar vocês e o Norte (ANDRADE, 1991, p. 35).

Todavia, Mário realizou poucas viagens em sua curta vida, dentre as quais nos legou o registro sistemático de somente duas: uma ao Norte, de maio a agosto de 1927, e outra ao Nordeste, entre novembro de 1928 e fevereiro de 1929. O diário decorrente da primeira viagem resultou no esboço de um livro que o escritor não chegou a publicar. Já as anotações da segunda viagem foram registradas em formato de crônicas diárias publicadas no periódico paulista *Diário Nacional*, com o título *O turista aprendiz*. É significativo que Mário tenha reunido as crônicas em uma pasta cujo material denominou “viagem etnográfica”. Tal denominação não é fortuita, pois, em ambas as viagens, o escritor empreendeu uma pesquisa sistemática na qual recolheu diversos registros de manifestações culturais populares. A fatura textual das duas viagens etnográficas foi publicada conjuntamente, em 1976, numa edição póstuma organizada por Telê Ancona Lopez.

Os relatos etnográficos reunidos n' *O Turista Aprendiz*, bem como as criações literárias debitárias dos materiais recolhidos, descortinam um Brasil até então representado de forma lacônica ou distorcida nos centros metropolitanos do país. Afinal, para legitimar sua concepção unificadora de identidade nacional, o discurso nacionalista hegemônico dependia do eclipsamento de dissidências capazes de revelar suas contradições. Assim, contraditoriamente, o mesmo projeto de nação que preconizava a salvaguarda das fronteiras externas da nação demarcava fronteiras internas que distinguiam o Nós e os Eles no interior da própria nação, em um processo no qual a agenda nacionalista, por vezes, alimentava-se daquilo que expelia, haja vista que o índio, alçado como significante de brasilidade pelos românticos, era marginalizado no plano material. Contudo, as fronteiras internas forjadas por um projeto nacional monolítico podem pressioná-lo centrifugamente por meio de contranarrativas que evidenciam seu caráter excludente e apontam possibilidades outras de articulação identitária. Ora, a verve etnográfica de Mário o distinguia de nacionalistas precedentes que também haviam focalizado o *genius loci*, como o indianista José de Alencar, cujo índio idealizado à moda europeia mal condizia com os indígenas reais. De igual modo, a experiência *in loco* permitiu ao viajante refutar o cômodo estereótipo do sertanejo como um “forte”, porque capaz de suportar toda sorte de intempéries:

Pois eu garanto que Os sertões são um livro falso. A desgraça climática do Nordeste não se descreve. Carece ver o que ela é. É medonha. O livro de Euclides da Cunha é uma boniteza genial porém uma falsificação hedionda. Repugnante. Mas parece que nós brasileiros preferimos nos orgulhar duma literatura linda a largar da literatura duma vez pra encetarmos o nosso trabalho de homens. Euclides da Cunha transformou em brilho de frase sonora e imagens chiques o que é cegueira insuportável deste solão; transformou em heroísmo o que é miséria pura, em epopeia... Não se trata de heroísmo não. Se trata de miséria, de miséria mesquinha, insuportável, medonha. Deus me livre de negar a resistência a este nordestino resistente.

Mas chamar isso de heroísmo é desconhecer um simples fenômeno de adaptação. Os mais fortes vão embora. “Vam’bora pro sul!...” (ANDRADE, 1976, p. 294-295).

Longe de se ater à pesquisa de gabinete, Mário foi a campo conhecer as culturas populares de regiões marginais do país. Municiado de lápis, caneta, caderno de anotações e uma inseparável máquina Kodak, o viajante procurou elementos formadores de uma brasilidade que, a seu ver, correspondessem à origem da formação do povo brasileiro, observando na singularidade da cultura regional a pluralidade cultural do país. Nesse sentido, seu modernismo era antes nacionalista do que moderno, como bem sintetizou um estudioso: “Não era a idéia de modernidade, mas a de nacionalidade, que constituía o horizonte do seu modernismo” (CÍCERO, 2005, p. 95).

Embora contrariado por não ter tido ocasião de realizar na primeira viagem tantas pesquisas quanto gostaria devido aos enfadonhos compromissos políticos, o escritor trouxe na bagagem uma profusão de materiais etnográficos, *bem como anotações* para novas versões dos manuscritos da rapsódia *Macunaíma*. Após a viagem ao Amazonas, Mário ensaiou converter seu caderno de anotações em um livro de viagens, dando-lhe um título paródico que macaqueava os relatos de viagem convencionais: *O Turista Aprendiz: Viagens pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até dizer chega*. Embora o literato não tenha publicado esse livro, que só viria a público em 1976, a viagem ao norte foi preponderante para a escritura de parte significativa das obras marioandradinas, notadamente sua *magnun opus*. Haja vista que, em relato de 12 de junho de 1927, Mário menciona a Ursa Maior, constelação que seria elemento relevante da rapsódia *Macunaíma*, a ser publicada no ano seguinte. Além disso, não é demais lembrar que alguns episódios significativos da vida do *herói sem caráter* se dão na região amazônica.

Por sua vez, a segunda viagem se deveu a circunstâncias distintas, já que Mário viajou ao Nordeste na qualidade de colaborador do *Diário Nacional*, de sorte que a escrita assumiu uma dimensão mais sistemática, pois o viajante publicaria suas impressões mediante crônicas regulares em coluna intitulada “O Turista Aprendiz”. Além disso, na viagem ao Nordeste, Mário partiu sem acompanhantes e isento dos compromissos diplomáticos que tanto o incomodaram na viagem anterior. Assim, o escritor pôde passar por estados como Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Nessa viagem, Mário acumulou os ofícios de musicólogo, coletando e catalogando manifestações do cancionário popular, e de jornalista, publicando crônicas diárias no jornal. Como corolário desse compromisso, publicou 70 crônicas, que constituem uma extensão pública do diário de viagem. Além disso, essa viagem lhe permitiu travar contato com vários intérpretes musicais, bem como assistir a apresentações de dança e investigar a religiosidade popular, as variações linguísticas locais, a música de feitiçaria e outras expressões da cultura popular imaterial.

As crônicas de viagem, enfeixadas no livro póstumo, deixam entrever as indagações de Mário com relação não apenas à diversidade cultural brasileira como também à desigualdade social imperante no país. O letrado procede a uma análise da diferença cultural sem passar ao largo das relações de desigualdade em que esta se assenta e tampouco escamoteá-las ou negá-las em favor de uma leitura harmônica ou puramente estética. Em seu exame da cultura popular, o escritor não a desatreia das suas condições materiais de produção sob cuja base a cultura se edifica, pois seu exercício de compreensão das manifestações culturais populares se faz acompanhar de reflexões em torno das desigualdades sociais subjacentes. Assim, seu trabalho etnográfico assume um cunho (es)ético na medida em que concatena imperativos estéticos e éticos, tal como na denúncia reveladora de que o legado colonial

consistiu em duráveis desigualdades não apenas *entre* nações, mas também *dentro* delas:

A estrada de rodagem de Caicó pra Catolé do Rocha, ligando o Rio Grande do Norte com a Paraíba, empregando 400 trabalhadores – o que quer dizer 400 famílias alimentadas – com o jornal ridículo de 2\$500, o Governo Federal suspendeu de sopetão. Esse povaréu todo ficou na miséria completa em plena seca, morrendo de fome. Serviço não há nenhum. Segundo informações dum técnico da Inspetoria de Estradas, só os direitos alfandegários da gasolina importada pelo Estado, só esses direitos dão pra pagar o serviço. O Governo Federal gasta 5 contos semanais com ele. E tem verba destinada a ele só que inda não foi distribuída! E o serviço é parado derrepentemente: a seca se tomou palpável, a fome, a morte ou a deserção... Mas o Governo Federal faz uma estrada de luxo Rio-Petrópolis... (ANDRADE, 1976, p. 294).



No Brasil, os elementos culturais no norte e nordeste haviam sido ignorados pelo discurso nacionalista hegemônico, fincado em valores europeus e, portanto, desejoso pelo moderno. Mas, ao ver de Mário, a disjunção entre a herança cultural europeia e as particularidades culturais indígenas e africanas, ambas subalternizadas, obstava a formação de uma identidade nacional democrática e genuína:

Quero resumir minhas impressões desta viagem litorânea por nordeste e norte do Brasil, não consigo bem, estou um bocado aturdido, maravilhado, mas não sei... Há uma espécie de sensação ficada da insuficiência, de sarapintação, que me estraga todo o europeu cinzento e bem-arranjadinho que ainda tenho dentro de mim. Por enquanto, o que mais me parece é que tanto a natureza como a vida destes lugares foram feitos às pressas, com excesso de castroalves. E esta pré-noção invencível, mas invencível, de que o Brasil, em vez de se utilizar da África e da Índia que teve em si, desperdiçou-as, enfeitando com elas apenas a sua fisionomia, suas epidermes, sambas, maracatus, trajes, cores, vocabulários, quitutes... E deixou-se ficar, por dentro, justamente naquilo que, pelo clima, pela raça, alimentação, tudo, não poderá nunca ser, mas apenas macaquear, a

Europa. Nos orgulhamos de ser o único grande (grande?) país civilizado tropical... Isso é o nosso defeito, a nossa impotência. Devíamos pensar, sentir como indianos, chins, gente de Benin, de Java... Talvez então pudéssemos criar cultura e civilização próprias. Pelo menos seríamos mais nós, tenho certeza (ANDRADE, 1976, p. 60-61).

Nesse esboço de revisão crítica da acepção de identidade nacional, o viajante procura desconstruir as bases ideológicas sobre as quais o discurso nacionalista hegemônico se assentava. Se, em longo prazo, a mais impactante agressão imperial talvez consista na violência epistêmica com vistas à colonização do imaginário (cf. NANDY, 1983; THIONG'O, 1986; SPIVAK, 1988; GRUZINSKI, 1991) e, portanto, sua seqüela mais contundente resida na identidade cultural, a criação literária, como construção textual da identidade, constitui um material revelador sobre os modos de negociação com o *legado colonial*, isto é, com as implicações paradigmáticas da experiência colonial nos diversos âmbitos de formação dos Estados-nações pós-coloniais, como a política, a economia e a cultura. Em um nacionalismo no qual diferentes afiliações de literatos negociavam de formas distintas com o legado colonial em seus projetos de nação, a descolonização cultural, longe de completa com a remoção da governança metropolitana, dependia do modo de recepção e gestão dos bens materiais e simbólicos herdados. Nesse sentido, Mário parecia seguro de que a descolonização cultural não prescindia da capacidade de incorporação criativa não apenas de paradigmas literários provenientes da tradição ocidental como também do próprio repertório cultural nativo.

Na senda do primado modernista de valorização da heterogeneidade da cultura, o escritor percebe o “Outro” como produtor de cultura e atuante no painel cultural multifacetado que comporia a nação. Assim, esse “Outro” não é concebido sob o signo do atraso, mas da diferença. Nessa perspectiva, seria preciso romper com a imaginação do país como continuidade do legado europeu, pois a criação de uma cultura e civilização brasileira

dependeria da concatenação entre elementos das diversas culturas que co-existem no país. Ao assumir uma concepção de cultura mais antropológica, Mário reclama a legitimidade de criações de grupos esquecidos pela memória oficial, procurando ampliar o escopo do conceito de cultura para incluir manifestações culturais populares, como os saberes e crenças, a música e a dança. Assim, na organização do mosaico cultural brasileiro, essa ampliação conceitual favoreceria a expressão da diferença ao permitir a participação de grupos cujos repertórios culturais eram historicamente marginalizados. Desse modo, o escritor desenvolve uma perspectiva de nação que refuga a busca de sentidos monológicos em favor do enfoque em tensões e contra-hegemonias, pois a heterogeneidade constitutiva do nacionalismo cultural só pode ser apreendida pela ênfase em seus impasses e contradições.

Portanto, a acepção de identidade nacional presumida por Mário se aproxima do que, já no final do século, seria propalado por Bhabha (1994), que, em contraponto às perspectivas homogeneizantes, propõe uma ideia de nação capaz de contemplar a diferença cultural. A seu ver, o foco na relação tensional entre as narrativas *pedagógica* e *performática* descortina possibilidades de significação diversas na medida em que a intervenção disjuntiva da segunda expõe as fissuras do tempo cumulativo que anima a primeira ao atravessá-la em lógica suplementar, evidenciando “um menos na origem, estruturante de uma identidade diferencial que não se soma à positividade de uma presença, mas antes estabelece uma lógica da suplementaridade e do descentramento” (MIRANDA, 2010, p. 78).

Ancoragem

Os principais expoentes do movimento modernista brasileiro eram afeitos à viagem, experiência de deslocamento geográfico e simbólico que lhes forneceu elementos tanto vanguardistas quanto folclóricos para revolucionar a literatura brasileira. De fato, dois tipos

de viagem constituem as linhas de força do nosso modernismo: a viagem para fora, de vocação cosmopolita, interessada na *avant-garde*; e a viagem para dentro, de inflexão nativista, preocupada com a *cor local*. À diferença de outros literatos, que realizaram um movimento centrípeto de deslocamento do Brasil para a Europa, Mário de Andrade adotou um itinerário diverso, preferindo viajar para dentro, não para fora do Brasil. Desta feita, deslocou-se do sudeste europeizado em direção ao Norte e Nordeste, à procura de índices identitários sem cuja valorização seria impossível a concepção democrática de cultura que animava seu viés nacionalista.

Mais do que meramente catalogar manifestações culturais populares nas regiões Norte e Nordeste do país, o escritor trouxe a margem para o centro da produção artística brasileira, incorporando-a ao mosaico cultural formador de uma ideia de brasilidade. Em franco contraste com o processo civilizatório, seu projeto nacional é eminentemente anti-civilizador, pois, em um modernismo afeito à paródia, o escritor empreende uma missão anti-civilizadora em sua viagem de “descoberta do Brasil”, na qual inverte o paradigma centro-periferia ao buscar saberes locais junto aos “primitivos” e trazê-los ao centro. Imbuído dessa missão anti-civilizadora, o literato procurou redescobrir o Brasil por meio das manifestações populares, assumindo antes o papel de aprendiz do que o de missionário comprometido com a sanha civilizatória eurocêntrica.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London: Verso, 1983.
- ANDRADE, Mário de. **Cartas de Mário de Andrade a Luís da Camara Cascudo**. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.
- _____. **Ensaio sobre Musica Brasileira**. São Paulo: Editores I. Chiarato & Cia, 1928.

- _____. **O Turista Aprendiz.** LOPEZ, Telê Porto A. (org.). São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda., 1976.
- BHABHA, Homi K. DisseminNation: Time, Narrative, and the Margins of the Modern Nation. In: **The Location of Culture.** London; New York: Routledge, 1994, p. 139-170.
- CHATTERJEE, Partha. **Nationalist Thought and the Colonial World: A Derivative Discourse.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.
- CHATTERJEE, Partha. Whose Imagined Community? In: CHATTERJEE, Partha. **The Nation and its Fragments: Colonial and Post-Colonial Histories.** Delhi: Oxford University Press, 1993, p. 3-13.
- CÍCERO, Antonio. **Finalidades sem fim.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GRUZINSKI, Serge. **La colonización del imaginário: sociedades indígenas y occidentalización en el México español (siglos XVI-XVII).** México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- MARTINS, Wilson. **O Modernismo.** São Paulo: Cultrix, 1965.
- MIRANDA, Wander Melo. **Nações Literárias.** Cotia: Ateliê Editorial, 2010.
- NANDY, Ashis. **The Intimate Enemy: Loss and Recovery of Self under Colonialism.** Delhi: Oxford University Press, 1983.
- RAMA, Angel. **La ciudad letrada.** Montevideo: Fundación Internacional Angel Rama, 1984.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak? In: GROSSBERG, Lawrence; NELSON, Cary (Eds.). **Marxism and the Interpretation of Culture.** Urbana: University of Illinois, 1988, p. 271-313.
- SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THIONG'O, Ngugiwa. Decolonising the Mind: The Politics of Language. In. **African Literature**. London: James Currey; Nairobi: Heinemann Kenya; New Hampshire: Heinemann, 1986.

